

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 13/2013
Período: 27/04/2013 – 03/05/2013
GEDES – Brasil

- 1- Comissão de Anistia I: tem início processo de anistia dos participantes presos no congresso da UNE de 1968
- 2- Comissão de Anistia II: recuo nos processos de anistia
- 3- Segurança nos grandes eventos I: Forças Armadas e Polícia Federal disputam atribuições
- 4- Segurança nos grandes eventos II: Forças Armadas participarão de operações de segurança durante a Copa das Confederações
- 5- Segurança nos grandes eventos III: Forças Armadas e Polícia Militar fazem treinamento de segurança em Brasília
- 6- Mudança na chefia do Estado-Maior da Aeronáutica
- 7- Comissão Nacional da Verdade I: Relatório Figueiredo deve motivar investigações
- 8- Comissão Nacional da Verdade II: Gilson Dipp se afasta dos trabalhos
- 9- Comissão Nacional da Verdade III: colegiado pode subsidiar processos judiciais
- 10- Comissão Nacional da Verdade IV: músico critica a atuação de Rousseff durante o regime militar e sua postura perante a Comissão
- 11- Comissão Nacional da Verdade V: aprovada a exumação dos restos mortais do ex-presidente João Goulart
- 12- Comissão Nacional da Verdade VI: colegiado se encontra com os legalistas em audiência pública
- 13- Plano Nacional de Dragagem teve dificuldade para obter aprovação da Marinha
- 14- Brasil enfrenta obstáculos internos para a aquisição de supercomputador
- 15- Problemas na aviação civil
- 16- Coronel Ustra recebe nova acusação
- 17- Morre sindicalista responsável pela primeira grande greve contra o regime militar
- 18- Presidente da CBF está cada vez mais próximo dos militares

1- Comissão de Anistia I: tem início processo de anistia dos participantes presos no congresso da UNE de 1968

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o governo acelerará o processo de anistia política dos líderes estudantis detidos no 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), na cidade de Ibiúna, estado de São Paulo, em 1968. Serão anistiados aqueles que deram entrada ao processo através da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, responsável por julgar os pedidos de indenização referentes aos perseguidos pelo regime militar (1964-1985) no Brasil. De acordo com a *Folha*, a ação se realizará no aniversário de 45 anos do ocorrido, entre os dias 14 e 16 de junho de 2013 no congresso da União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE-SP) em Ibiúna. O jornal lembrou que a UNE foi considerada ilegal desde a tomada de poder pelos militares em 1964, e o referido congresso foi organizado de maneira

clandestina. A descoberta por parte dos militares levou à prisão todos os presentes no evento, mais de 700 pessoas, que foram levadas às instalações do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) e ao presídio Tiradentes. (Folha de S. Paulo – Poder – 27/04/13)

2- Comissão de Anistia II: recuo nos processos de anistia

Segundo coluna opinativa da jornalista Tereza Cruvinel no periódico *Correio Braziliense*, há um recuo nos processos de anistias políticas no Brasil. De um lado, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) age timidamente, de outro, o governo anula centenas de processos de anistia e cobra a devolução de indenizações e pensões recebidas, devidamente atualizadas monetariamente. De acordo com a jornalista, entidades que congregam anistiados ou vítimas do regime militar (1964-1985) pediram ao presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves, a reativação da Comissão de acompanhamento da aplicação da lei. Cruvinel apontou que membros da Aeronáutica punidos por se recusarem a participar da tomada de poder pelos militares em 1964 e anistiados pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), tiveram a reintegração pelos comandos militares anulada em 2003. Segundo Cruvinel, 495 processos de anistia foram anulados pela Aeronáutica e pelo Ministério da Justiça e os recursos não avançam no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Supremo Tribunal Federal (STF). Os militares com a anistia anulada possuem atualmente cerca de 70 anos de idade e perderam seus salários e benefícios, como plano de saúde. (*Correio Braziliense* – 28/04/13; *Correio Braziliense* – Colunas – 02/05/13)

3- Segurança nos grandes eventos I: Forças Armadas e Polícia Federal disputam atribuições

Segundo os jornais *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, o atentado ocorrido em Boston, nos Estados Unidos, serviu de alerta para a segurança dos grandes eventos no Brasil. O Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Ricardo Ferraço, pretende realizar audiências públicas com o Ministério da Defesa, o Gabinete de Segurança Institucional e áreas de inteligência e segurança envolvidas na organização dos eventos que o país receberá, como a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016). De acordo com *O Estado*, o espanhol Marcus Reis, especialista em contraterrorismo, questionou a falta de coordenação entre as áreas preventivas. Reis observou que não há legislação específica sobre terrorismo no Brasil, e por isso não há definição e tipificação do crime terrorismo, nem mesmo a definição dos órgãos competentes para investigá-lo. Segundo *O Estado*, outro problema apontado pelas Forças Armadas e pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) é a disputa de poder e de recursos no controle das operações nos eventos. A Secretaria Geral de Grandes Eventos, ligada ao Ministério da Justiça, afirmou ter montado um plano cuja meta seria "promover a integração entre as forças de segurança brasileiras, nos três níveis de governo, e entre elas e a Interpol". A Secretaria ainda afirmou que houve troca de informações com diversos países. Outra preocupação, segundo especialistas, seria a extinção do núcleo do centro de coordenação das atividades de prevenção e combate ao terrorismo, vinculado ao Gabinete de

Segurança Institucional. O *Estado* afirmou que, em caso de atentado, o país conta com o Comando de Operações Especiais do Exército e a Companhia de Defesa Química, Biológica e Nuclear. Adicionalmente, o jornal relatou que o delegado da Polícia Federal (PF) Valdinho Jacinto Caetano pediu demissão da chefia da Secretaria Extraordinária de Segurança de Grandes Eventos (Sesge), após desgastes causados pelo destaque dado ao papel das Forças Armadas na segurança de grandes eventos por parte do governo da presidenta da República, Dilma Rousseff. A PF tem demonstrado insatisfação diante do privilégio recebido pelo Ministério da Defesa na segurança desses eventos. Apesar da situação, o governo pretende substituir o titular da Sesge por um representante do Ministério da Defesa. Segundo *O Estado*, tal mudança de postura ocorreu após a greve dos policiais federais, pois essa foi vista pelo governo como uma medida de atemorizar a população. Após essa greve, a verba destinada à defesa dos eventos passou a ser distribuída de forma a privilegiar as Forças Armadas. Além disso, o jornal *Correio Braziliense* destacou uma divergência entre a Sesge e o Exército nos bastidores da Copa das Confederações. A Sesge estabeleceu que a escolta dos chefes de Estado e das autoridades da Fifa no Distrito Federal será função da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária, enquanto o Exército defende que tal ação, especificamente em Brasília, é de sua atribuição. De acordo com o *Correio*, a Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal (ADPF) criticou, em nota oficial, a utilização das Forças Armadas para garantir a segurança urbana durante os eventos. A ADPF, segundo o periódico, declarou que “a atuação militar deve se restringir à defesa da nação”. (*Correio Braziliense* – 28/04/13; *Correio Braziliense* – 28/04/13; *Correio Braziliense* - Política - 01/05/13; *O Estado de S. Paulo* – 27/04/13; *O Estado de S. Paulo* – Internacional - 28/04/13)

4- Segurança nos grandes eventos II: Forças Armadas participarão de operações de segurança durante a Copa das Confederações

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, integrantes das Forças Armadas estarão envolvidos na segurança do jogo de abertura da Copa das Confederações, que ocorrerá no dia 15/06/13 na capital federal, Brasília. José Monteiro, diretor de Operações da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (Sesge) do Ministério da Justiça, explicou que o Ministério da Defesa é responsável pelo “controle aéreo do espaço de Brasília e pela criação de zonas de exclusão até a montagem dos mecanismos de defesa antiaérea ao redor da arena, além de cuidar das medidas de combate ao terrorismo e à guerra cibernética”. Além destas atribuições, as Forças serão responsáveis pela guarda das infraestruturas críticas e pela defesa de ataques químicos, biológicos, radiológicos e nucleares. Segundo o periódico, a estrutura de segurança da Copa das Confederações incluirá a operação Ágata 7, que reunirá mais de 25 mil militares no patrulhamento de uma área de 16.886 quilômetros de fronteira brasileira com 10 países. A Força Aérea usará caças Super Tucano e drones para interceptar aviões suspeitos e fazer a vigilância aérea; a Marinha utilizará embarcações para interditar os principais rios que cruzam a fronteira; e o Exército ocupará as estradas que dão acesso ao país com blindados. O objetivo da operação é combater garimpos e pistas de pouso irregulares, o tráfico de drogas na região amazônica e o contrabando de armas

e de mercadorias ilícitas, entre outros ilícitos. No dia do jogo de abertura, a cidade de Brasília será demarcada em três áreas de exclusão, antes, durante e depois da partida. Caças supersônicos Mirage 2000 do 1º Grupo de Defesa Aérea, da Base Aérea de Anápolis, em Goiás, ficarão responsáveis por interceptar e abater qualquer aeronave suspeita. (Correio Braziliense – 30/04/13)

5- Segurança nos grandes eventos III: Forças Armadas e Polícia Militar fazem treinamento de segurança em Brasília

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, antevendo possíveis ataques e confusões durante as Copa da Confederação (2013) e do Mundo (2014), no dia 02/05/13, a Polícia Militar (PM), o Comando Militar do Planalto, em Brasília, a Marinha e a Força Aérea Brasileira (FAB) fizeram treinamentos para mapear os pontos de grande movimento. Equipes das Forças Armadas fizeram pontos de monitoramento e patrulhamento a pé e motorizadas em vários locais da capital federal e agentes da PM simularam um resgate em um hotel no centro da cidade. Além disso, houve o mapeamento dos locais que hospedarão representantes da Federação Internacional de Futebol (Fifa) e autoridades internacionais durante os eventos. No dia 03/05/13, as Forças Armadas fizeram outra simulação na capital federal, que consistia na desobstrução de vias e controle de distúrbios no Centro de Treinamento da Seleção Brasileira, em Brasília. Participaram do treinamento 3 mil militares vindos dos estados de Goiás, Minas Gerais, Tocantins e da capital federal, que contaram com 200 veículos blindados, cães e um grupamento a cavalo. (Correio Braziliense – Cidades – 03/05/13)

6- Mudança na chefia do Estado-Maior da Aeronáutica

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o tenente-brigadeiro-do-ar Aprígio Eduardo de Moura Azevedo deixou a chefia do Estado-Maior da Aeronáutica (Emaer) após 46 anos de serviço. Ele foi substituído pelo tenente-brigadeiro-do-ar Marco Aurélio Gonçalves Mendes, ex-diretor de Controle do Espaço Aéreo (Decea). (Correio Braziliense – 28/04/13)

7- Comissão Nacional da Verdade I: Relatório Figueiredo deve motivar investigações

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o Relatório Figueiredo, que se julgava perdido ou destruído durante o regime militar (1964-1985), foi encontrado após 45 anos. O documento, feito a mando do Ministério do Interior durante o regime militar, tinha o objetivo de verificar denúncias de corrupção em postos do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Foram verificados, no entanto, abusos contra indígenas por parte de empresários, fazendeiros e agentes do SPI em tribos de todo o Brasil. Segundo o documento, os indígenas, além de terem suas terras roubadas, foram vítimas de genocídio. Segundo a coordenadora do núcleo que trata das lutas pela terra na Comissão Nacional da Verdade, Maria Rita Kehl, os horrores revelados no documento motivarão investigações da Comissão. (Correio Braziliense – 28/04/13)

8- Comissão Nacional da Verdade II: Gilson Dipp se afasta dos trabalhos

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, durante coletiva de imprensa realizada no dia 29/04/13 em São Paulo, a conselheira da Comissão Nacional da Verdade (CNV), Rosa Cardoso, divulgou que o ministro do Supremo Tribunal de Justiça, Gilson Dipp, pediu demissão da CNV, da qual estava afastado há sete meses, por motivos de saúde. De acordo com a *Folha de S. Paulo*, o ministro havia sido internado em setembro de 2012 para tratar uma pneumonia e para se recuperar de uma cirurgia no abdômen. A assessoria da Presidência da República ainda não informou quando Dilma Rousseff irá nomear o substituto. (*Correio Braziliense* – 30/04/13; *Folha de S. Paulo* – Poder – 30/04/13)

9- Comissão Nacional da Verdade III: colegiado pode subsidiar processos judiciais

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, alguns integrantes da Comissão Nacional da Verdade (CNV) afirmaram que as investigações do grupo sobre as violações de direitos humanos ocorridas durante o regime militar (1964-1985) podem oferecer subsídios a processos judiciais. O sociólogo Paulo Sergio Pinheiro, um dos membros da Comissão, disse que “investigações servem para a responsabilização de criminosos”, e que essa tendência foi observada em todos os países onde comissões desse tipo foram formadas. A advogada e também membro da CNV, Rosa Cardoso, acredita que as conclusões e recomendações do relatório final “ajudarão a fazer justiça” no Brasil se houver mobilização da sociedade para a revisão da Lei da Anistia, de 1979. Pinheiro afirmou que a CNV recomendará, em seu relatório final, que o Brasil respeite a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, no que diz respeito à validade da Lei da Anistia, o que segundo a psicanalista e membro da Comissão, Maria Rita Kehl, não pode ser visto como revanchismo, pois “querer justiça não é algo vil”. De acordo com a coluna opinativa da jornalista Tereza Cruvinel para o jornal *Correio Braziliense*, independente da revisão da Lei da Anistia e da condenação dos que cometeram violações de direitos humanos durante o regime, o país precisa conhecer os responsáveis pelos delitos cometidos no período. Além disso, Cruvinel afirmou que as declarações de Pinheiro correspondem ao que os representantes e familiares de vítimas do regime militar esperavam, ao afirmar que a prioridade da CNV é identificar os mortos e desaparecidos e as “cadeias de comando do terror” durante o regime. (*Correio Braziliense* – 02/05/13; *Folha de S. Paulo* – Política – 30/04/13)

10- Comissão Nacional da Verdade IV: músico critica a atuação de Rousseff durante o regime militar e sua postura perante a Comissão

Conforme publicado no periódico *Folha de S. Paulo*, o cantor e compositor João Luiz Woerdenbag Filho, conhecido como Lobão, em entrevista sobre o seu livro “Manifesto do Nada na Terra do Nunca”, criticou a atuação da presidenta da República, Dilma Rousseff, como opositora do regime militar (1964-1985) e a sua postura em relação à Comissão Nacional da Verdade (CNV). De acordo com o músico, Rousseff deveria ser investigada pela CNV por considerar que os opositores do regime também cometeram crimes. Lobão

afirmou não acreditar em “vítima da ditadura” ao relatar que, apesar de ter sofrido perseguição por agentes do Estado por quatro anos e ter ficado preso por três meses, não pediu indenização ao Estado por tais fatos. O cantor declarou que quase um milhão de pessoas foram às ruas pedir ao Exército que, à época, tomasse o poder, que a junta militar, em sua opinião, não ansiava tomar o governo no Brasil e que atualmente os militares estão sendo cada vez mais humilhados por isso. Lobão criticou ainda a situação das Forças Armadas no Brasil, afirmando que nenhum país civilizado se tornou como tal com suas Forças Armadas nas condições em que se encontram as brasileiras. (Folha de S. Paulo – Ilustrada – 02/05/13)

11- Comissão Nacional da Verdade V: aprovada a exumação dos restos mortais do ex-presidente João Goulart

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, foi aprovada pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) a exumação dos restos mortais do ex-presidente da República, João Goulart, conhecido como Jango. A decisão foi tomada pela CNV, a pedido da família e apoiada pelo Ministério Público Federal (MPF), que tem trabalhado nesse caso, uma vez que há dúvidas quanto à causa da morte do ex-presidente. Jango morreu no dia 06/12/76 em seu exílio na Argentina; entretanto, em 2008 um agente da repressão, o uruguaio Mário Barreto, preso pela Polícia Federal (PF), afirmou que o ex-presidente teria sido envenenado. De acordo com Barreto, uma “operação idealizada em seu país tinha como objetivo eliminar o ex-presidente”. Porém, antes dessa revelação, a família de Jango tentara exumar seus restos mortais para que novos exames fossem realizados, pois acreditavam que ele havia sido envenenado por meio dos medicamentos que tomava. Conforme a procuradora federal Suzete Bragagnolo, “a primeira parte do processo será formar um grupo de peritos para fazer o trabalho. Devem ser reunidos profissionais brasileiros, uruguaios e argentinos. A expectativa é realizar os procedimentos em até três meses”. Rosa Cardoso, membro da CNV, foi a responsável por informar sobre o procedimento. (*Correio Braziliense* - 03/05/13)

12- Comissão Nacional da Verdade VI: colegiado se encontra com os legalistas em audiência pública

Segundo os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 04/05/12, os membros da Comissão Nacional da Verdade (CNV) se encontraram na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) com os militares que sofreram perseguição por defenderem a posse de João Goulart na Presidência da República depois da renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e por serem contrários ao golpe militar de 1964, os chamados “legalistas”. De acordo com a *Folha*, cálculos realizados pela CNV estimam que 7488 militares foram perseguidos pelo regime militar (1964-1985). De acordo com Rosa Cardoso, membro do colegiado, “houve militares perseguidos por serem ligados à esquerda e ao partido comunista, mas teve uma parcela grande que atuava politicamente pela volta da democracia”. Dentre os ouvidos estão o capitão reformado do Exército Eduardo Chuay, o capitão-de-mar-e-guerra Fernando de Santa Rosa, o militar Luiz Carlos de Souza Moreira e Pedro Luiz Moreira Lima, filho do coronel da Aeronáutica Rui Moreira Lima, impossibilitado

de testemunhar devido a um acidente vascular cerebral. (Correio de Braziliense – 03/05/13; Folha de S. Paulo – Poder – 03/05/13; O Estado de S. Paulo – Nacional - 03/05/13)

13- Plano Nacional de Dragagem teve dificuldade para obter aprovação da Marinha

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o canal de acesso ao Porto de Santos terá sua profundidade aumentada após três anos de obras e revisões no projeto. A dragagem, iniciada em 2010, teve seus planos alterados pela Marinha do Brasil, que verificou discrepâncias entre algumas medidas de profundidade sugeridas. De acordo com o comandante dos Portos de São Paulo, capitão-de-mar-e-guerra Marcelo Ribeiro de Souza, um dos responsáveis pela homologação da dragagem, “na primeira tentativa de homologar a nova profundidade do canal de acesso, a Marinha entendeu que as medidas não justificavam mudanças e mais uma dragagem teve de ser realizada para corrigir os erros apontados”. Em março, uma nova proposta foi apresentada e deve ser aprovada após simulações de manobras e reposicionamento de boias. De acordo com o ministro da Secretaria de Portos, Leônidas Cristino, o primeiro Plano Nacional de Dragagem (PND) enfrentou várias dificuldades para obter aprovação da Marinha. Segundo Cristino, a Marinha não tinha estrutura compatível para fazer uma quantidade tão grande de homologações, porém exigiu medições complexas e mostrou rigidez na avaliação dos processos, o que atrasou o plano. Em alguns casos, como no Porto de Fortaleza, no estado do Ceará, as novas profundidades foram autorizadas sete meses após o término das obras. Segundo a Marinha, a validação de um levantamento deve seguir os critérios técnicos estabelecidos nas Normas da Autoridade Marítima. (O Estado de S. Paulo - Economia – 28/04/13)

14- Brasil enfrenta obstáculos internos para a aquisição de supercomputador

De acordo com *O Estado de S. Paulo*, o governo brasileiro negocia a aquisição de um supercomputador, fabricado pelo grupo francês Bull, e a transferência de tecnologia entre Brasil e França há quatro anos. O Ministério da Defesa é umas das possíveis pastas do governo brasileiro interessadas na máquina e a principal dificuldade enfrentada para a concretização da aquisição seria a de articular os ministérios que se beneficiariam da aquisição do equipamento. Segundo o jornal, o governo francês mostrou-se aberto a transferir a tecnologia e aprovou a venda do supercomputador. (O Estado de S. Paulo- Economia – 28/04/13)

15- Problemas na aviação civil

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o número de acidentes aéreos no Brasil cresceu, conforme apontam os registros do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, vinculado ao Comando da Aeronáutica. No ano de 2012, foram 168 casos, número que superou os 159 acidentes registrados em 2011. O jornal argumentou que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que almeja “ser uma autoridade modelo da aviação civil

internacional, atingindo um dos cinco menores índices de acidentes do mundo até 2014”, não está adequadamente estruturada, como apontou uma subcomissão da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado. Um dos problemas identificados foi a dificuldade na transferência de responsabilidade pelo controle da aviação civil do antigo Departamento de Aviação Civil (DAC), vinculado à Aeronáutica, para a Anac. Dentre os entraves estão: a exigência do retorno dos militares à Força Aérea em 60 meses e que deixou inúmeros cargos vagos, prejudicando o funcionamento da Anac; a confusão legislativa quanto às atribuições de uma agência reguladora; a nomeação de diretores por critérios políticos e não técnicos; a omissão do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) com relação a temas regulatórios atuais; e o atraso em relação às mudanças na aviação civil mundial, que passou a estimular a concorrência. (O Estado de S. Paulo- Notas e Informações – 28/04/13)

16- Coronel Ustra recebe nova acusação

Conforme publicado pelos jornais *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, o coronel da reserva Carlos Alberto Brilhante Ustra foi novamente denunciado pelo Ministério Público Federal por crimes ocorridos durante o regime militar (1964-1985), quando era responsável pelo Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi). Ustra e o delegado aposentado Alcides Singillo respondem pela ocultação do cadáver do estudante Hirohaki Torigoe, morto em janeiro de 1972. Segundo a *Folha*, a versão oficial é de que Torigoe morreu em um tiroteio, mas documentos do Arquivo Público de São Paulo e testemunhas confirmam que o estudante foi levado ainda com vida para o DOI-Codi e enterrado com nome falso, Massahiro Nakamura. O coronel é acusado de falsificar os documentos de óbito para dificultar a localização do corpo, enterrado em valas clandestinas no Cemitério de Perus, na cidade de São Paulo. Na época delegado do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), Singillo é acusado de saber a verdadeira identidade de Torigoe, mas negar a correta identificação à família e ao cartório. Um dos autores da denúncia, o procurador da República Sérgio Suiama, alega que o crime não está anistiado porque o corpo do estudante ainda não foi localizado e, portanto, é classificado com crime de natureza permanente. (Correio Braziliense – 30/04/13; Folha de S. Paulo – Poder - 30/04/13)

17- Morre sindicalista responsável pela primeira grande greve contra o regime militar

De acordo como os jornais *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, morreu no dia 02/05/13 o sindicalista José Ibrahim, líder da primeira grande greve em 1968 contra o regime militar (1964-1985). Ibrahim foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região, integrou a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e foi um dos presos políticos trocados pela libertação do embaixador estadunidense a época, Charles Burke Elbrick, sequestrado por grupos de resistência armada em 1969. Retornou ao Brasil em 1979 com a Lei da Anistia. Posteriormente, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), depois se filiou ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) e ajudou a fundar a Força Sindical. (Correio Braziliense – 03/05/13; Folha de S. Paulo – Poder – 03/05/13).

18- Presidente da CBF está cada vez mais próximo dos militares

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e ex-governador biônico do estado de São Paulo durante o regime militar (1964-1985), José Maria Marin, tem se aproximado cada vez mais dos militares nos últimos meses. Marin trocou o comando da Granja Comary, centro de treinamento da seleção brasileira de futebol, que estava a mais de 10 anos sob o comando do coronel José Antonio de Almeida, para o coronel Moacyr Alcoforado, e como auxiliares deste, um tenente-coronel e um sargento. De acordo com a *Folha*, Marin receberá um dossiê relatando uma série de irregularidades que estavam ocorrendo no local. A CBF informou que a troca é uma rotina administrativa. Entretanto, antes dos Jogos Olímpicos de Londres (2012) Marin colocará a seleção olímpica de futebol para treinar no campo da Escola de Educação Física do Exército. (*Folha de S. Paulo – Esporte – 03/05/13*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra do *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo* não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, Redatora, graduada em Relações Internacionais); João Guilherme Benetti Ramos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais).